

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR

EP&CA

# NEGÓCIOS

## A “nova governabilidade” do PSOL

24/02/2014 - POR [EPN.SRPRACA](#) | [DEMOCRACIA DIRETA](#), [PSOL](#)

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), pré-candidato à presidência da República, disse, em [entrevista](#), que em seu governo “o PMDB seria oposição” e que fundaria “uma nova governabilidade, negociando diretamente com o povo brasileiro”.

Randolfe esquiva-se de afirmar que seria democracia direta (via plebiscito e referendo), dizendo que haveria participação popular direta no governo – ignorando as dezenas de conselhos relacionados a políticas públicas que já existem e funcionam, [com relativo sucesso](#), no governo federal.

Digamos que o PSOL vença as eleições e leve a sério esta “nova governabilidade”, propondo mudanças na legislação, ou mesmo na Constituição, através do voto direto do povo. O primeiro perigo, que podemos chamar de [californiano](#), é propor medidas super populares no curto prazo – por exemplo, a extinção do Imposto de Renda. Quem não gostaria de pagar menos impostos (sem correr o risco de ser punido pela Receita Federal)? Mas o efeito disso para os serviços do governo seria desastroso: haveria menos médicos, menos professores, bibliotecas fechadas, ambulâncias sem gasolina etc.

Outro perigo, que podemos chamar de venezuelano, seria aproveitar os mecanismos de democracia direta para intimidar os cidadãos que discordam do governo. E assim governar à revelia dos outros poderes e justificar suas medidas a partir do apoio de uma maioria (intimidada) consultada através de plebiscitos e referendos.

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez fez isso ao afirmar, em outubro de 2003, pouco antes do terceiro abaixo-assinado organizado por cidadãos venezuelanos para realizar um referendo sobre sua manutenção no cargo: “Quem assinar contra Chávez estará lá, registrado para a história, pois tem que colocar o nome, sobrenome, assinatura, R. G. e impressão digital...”.

Um [estudo](#) fascinante dos economistas Chang-Tai Hsieh, Edward Miguel, Daniel Ortega, Francisco Rodriguez mostra que Chávez cumpriu a promessa.

Durante um período de 18 meses a partir do fim de 2002, mais de 4,7 milhões de venezuelanos assinaram até três petições exigindo um referendo para retirar Hugo Chávez da presidência do país. Em dezembro de

2003, uma delas forçou um referendo em agosto de 2004. Chávez venceu com 59% dos votos. A lista com todos os 3,5 milhões de signatários – 27,5% do eleitorado – desta última petição tornou-se pública e foi organizada pelo governo em um software conhecido como Maisanta. Este software indica nome, aniversário, endereço, e se a pessoa está inscrita em algum dos programas sociais de Chávez. A “nova governabilidade” com que o senador Randolfe sonha é bem mais complicada do que parece.